



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 04 de agosto de 2016

Às 9h50, do dia 04 de agosto de 2016, no auditório Capiba, - Edifício Sede da Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife, sob a coordenação do seu presidente Secretário de Planejamento Urbano Antônio Alexandre da Silva Júnior, para tratar da seguinte pauta: Posse dos novos conselheiros eleitos na 6ª Conferência Municipal, composição das Câmaras Técnicas e Apresentação do Parque Capibaribe – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Estiveram presentes: Antônio Alexandre (SEPLAN), João Domingos Petribú (ICPS), Fernando Alcântara (ICPS), Sideney Schreiner (ICPS), Lorena Veloso (DPPC), M^a Cecília de Alcântara (DPPC), Luciano Ferraz (ICPS), M^a Helena Maranhão (ICPS), Cezar Augusto Lopes (ICPS), Taciana Sotto-Mayor (SEMOC), Sandra Nunes (SEMOC), Renata Lucena (SEHAB), Ana Cláudia Mota (SISUR), Norah Neves (URB), Vera Freire (URB), Inamara Melo (SMAS), Eugênia Simões (SAJ), Maurício Pina (Grande Recife), Isaac Machado (Grupo da Pessoa Com Deficiência do Recife), Eurídice M^a Andrade (AMPAC), Rodrigo Rafael Souza e Silva (DU), Neide Santana (MLM/PE), Ana Paula Silva (MSI), Augusto dos Santos (Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchôa), Maria Lúcia da Silva (MNLN), Degenildo Trajano (PREZEIS), Reneudo Guedes da Silva (Centro Cultural Alcance do Coque), M^a do Carmo Martins (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), Tatiana R. Porto da Silva (Associação Progredir Vidas), Sônia Pereira (APEC), Osvaldo Alexandre (CMP/PE), Salvelina Mendonça (MNU), Giancarlo Costa (MLRT), Paulo André (OLMP), Flávio Pedro da Silva (União dos Moradores da Vila Chico Mendes), André Callou (ADEMI), Sandro Guedes (ADEMI), Eduardo Costa (ABIH/PE), Carlos Maurício Perequito (ABIH/PE), Paulo Monteiro (CDL), Brenna Paes (Fecomércio), Pedro Pereira (SIAENCO), Roberto Muniz (SINAENCO), Helder Mendes (SECOVI/PE), Sandra Pires (OAB/PE), Roberto Montezuma (CAU/PE), Ângela Carneiro (CAU/PE), Noé Barros (IAB/PE), Vânia Avelar (IAB/PE), Luis De La Mora (UFPE), Danielle Rocha (UFPE), Sérgio Xavier (ABES), Renan Resende (CENDHEC), Fernando de Holanda (RAPS), Elzanira da Silva (CEPAS) e Sabrina Machry (AMECICLO). Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho e Secretário de Planejamento Urbano Antônio Alexandre confirmou o quórum e disse que um dos objetivos da reunião, é a renovação da composição do Conselho da Cidade, conforme definição da 6ª Conferência da Cidade. Explicou que segundo o Regimento do Conselho, o quórum se estabelece com base nos conselheiros empossados. Assim, a posse aconteceu ao longo da reunião, que prosseguiu com a pauta previamente divulgada. O Secretário fez referência à presença de pessoas que até então não participavam do Conselho da Cidade, sendo importante explicar, desta forma, nesta reunião, a forma de organização do Conselho, sua composição, bem como o funcionamento das Câmaras Técnicas. Destacou que nestas, são debatidos projetos estruturais para a cidade, a exemplo do projeto Parque Capibaribe, que será apresentado posteriormente. Repassou também informações sobre a composição do Conselho da Cidade, tais como: os convidados permanentes, as reuniões ordinárias e

extraordinárias, audiências públicas e câmaras técnicas, sendo realizado um total de 27 encontros neste primeiro ciclo do Conselho. Entre os temas e projetos debatidos destacam-se o Projeto Centro Cidadão, Estudo de Impacto de Vizinhança, Mapeamento de Áreas Críticas, realização da 6ª Conferência da Cidade, Pesquisa de Origem e Destino do pelo Plano Municipal de Mobilidade Urbana e apresentação do Plano de Drenagem. Atualmente existem 05 Câmaras Técnicas das quais: Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente e Habitação e Regularização Fundiária foram instaladas e Patrimônio Histórico e Cultural e a de Saneamento ainda não. Esclareceu que as representações, tanto do Conselho quanto das Câmaras Técnicas, deverão sofrer alterações devido a mudanças de representações na composição do Conselho resultante da 6ª Conferência Municipal do Recife. Em seguida, explicou o funcionamento do site, que permite o acompanhamento permanente da sociedade e de suas representações em geral sobre a gestão do Conselho. Enfatizou a importância dos conselheiros e de outras pessoas interessadas em acompanhar as informações disponibilizadas no site. Informou que a SEPLAN tem a atribuição de atualizar permanentemente o site. Carlos Rosa (EMPREL) sugeriu que o site viabilizasse um link para recebimento de e-mails. Antônio Alexandre (SEPLAN) esclareceu que o site já permite esse tipo de comunicação e que a nova composição do Conselho será divulgada no site. Propôs a aprovação, pela plenária, de um prazo não muito longo para a efetivação do registro dos conselheiros no site. Luis De La Mora (UFPE) sugeriu um espaço no site para facilitar o diálogo entre os conselheiros. Antônio Alexandre (SEPLAN) esclareceu que o site dispõe da relação dos nomes e dos contatos permitindo, desse modo, o acesso de todos para comunicação. Sandro Guedes (ADEMI) expressou sua preocupação quanto à publicação dos e-mails pessoais, pois gera muito *spam* neste tipo de comunicação. Antônio Alexandre (SEPLAN) explicou que a disponibilização dos e-mails deverá ser feita apenas por aqueles que autorizarem. Norah Neves (URB) explicou que a relação de e-mails é enviada para todos os conselheiros. Renan Resende (CENDHEC) perguntou se é possível homologar nesta plenária os novos representantes das Câmaras Técnicas. Antônio Alexandre (SEPLAN) ponderou que talvez seja necessário dispor de um tempo maior para que não haja questionamentos por parte dos conselheiros que não se fizeram presentes a esta reunião. Rodrigo Rafael (DU) reiterou que a atualização das Câmaras Técnicas pode ser feita nesta plenária, para não atrasar a discussão de temas, que já estão sendo acompanhados pelo Conselho. Antônio Alexandre (SEPLAN) informou que 15 representantes não estavam presentes até o momento (10h00), e esse número deveria ser considerado, contudo, concordou em encaminhar a atualização dos representantes das Câmaras Técnicas, caso a plenária avalie não haver conflitos ou questionamentos pelos ausentes. Convidou a Secretária de Meio Ambiente – SMAS Inamara Melo para a apresentação do Projeto Parque Capibaribe, que fez a abertura da pauta, contextualizando a articulação institucional em prol do Projeto Parque Capibaribe. Afirmou que este já deveria ter sido apresentado ao Conselho, dada a sua importância para a cidade e explicou que está sendo elaborado em parceria com a UFPE, adotando um novo conceito de urbanismo, o de Cidade Parque. Informou que esse Projeto é alvo de interesse de várias representações institucionais nacionais e internacionais, por significar uma proposta que contribui para o conceito de cidade sustentável. Enfatizou a relação do Projeto com a política de baixo carbono

conduzida pela atual gestão e comunicou que o projeto já se encontra em execução, com autorização de obra para as áreas do Parque do Baobá e do trecho do Bairro das Graças. Destacou que Projeto Parque Capibaribe deve ser incorporado pela cidade do Recife, devendo ser apropriado pela população, evitando assim as ações de descontinuidades administrativas. Passou a palavra para Romero Teixeira, Secretário Executivo da SMAS, responsável técnico pela elaboração do Projeto Parque Capibaribe. Concluída a apresentação, seguiram-se os seguintes questionamentos: Neide Santana (MLM/PE) mostrou-se preocupada com projetos anteriores da Prefeitura do Recife que não foram concluídos. Fez referência às ocupações existentes no entorno e margem do rio Capibaribe, indagando se há ações que incluam essas populações. Lembrou que as estações fluviais previstas no Projeto de Navegabilidade do Rio Capibaribe não foram concluídas, principalmente, a do Parque Caiara. Questionou a paralisação das obras do Parque Caiara, alegou que os projetos vêm prontos, sem a participação da população. Fez um apelo para que haja maior presença dos responsáveis nas comunidades. Osvaldo Celestino (CMP/PE) lembrou do projeto Capibaribe Melhor, executado pela Prefeitura do Recife com o objetivo de revitalizar as moradias precárias existentes nas proximidades da área norte do Rio Capibaribe. Indagou se há no Parque Capibaribe proposta para melhoria das moradias de interesse social localizadas nas proximidades do rio. Perguntou se este novo projeto tem algo a ver com o Projeto Capibaribe Melhor. Giancarlo Costa (MLRT) objetou sobre a falta de discussão do Projeto Parque Capibaribe no Conselho da Cidade. Argumentou que é da competência do Conselho discutir e encaminhar sobre questões ambientais. Propôs a SMAS uma apresentação específica ao Conselho sobre sua estrutura de funcionamento, sobre os projetos que estão sendo executados, como por exemplo, o Jardim Botânico, que considerou estar bem organizado e estruturado e a Lagoa do Araçá, que acredita estar abandonada. Falou dos parques da cidade, a exemplo do Parque 13 de Maio, que está precisando de manutenção e ajustes, tomando por referência o Parque da Jaqueira, o qual julgou estar bem conservado, devido a sua localização, por atender, prioritariamente, à população de renda mais elevada. Pediu a Secretária de Meio Ambiente que apresentasse um projeto para preservação dos parques da cidade. Reiterou que os movimentos sociais não discutem apenas moradia, mas saúde, educação, meio ambiente, dentre outros temas. Falou que uma empresa particular aterrou o mangue no Jiquiá e indagou se há fiscalização da Prefeitura no local. Romero Teixeira (SMAS) esclareceu que a Secretaria do Meio Ambiente não cuida das praças, ficando a cargo da EMLURB e que as intervenções para a margem direita do Parque Capibaribe (Parque do Caiara até o Carrefour) têm previsão para 2017. Informou, ainda, que o contato com os moradores do Poço da Panela e da comunidade de Santa Luzia será feito de acordo com a liberação das verbas para as obras. Lembrou que os projetos Parque Capibaribe e Capibaribe Melhor não têm relação e que obras de moradia popular são da responsabilidade da Secretaria de Habitação. A Secretaria de Meio Ambiente apenas sugere locais para que as moradias sejam assentadas. E quanto às praças citadas pelo conselheiro Giancarlo Costa (MLRT), explicou que são da competência da EMLURB e que a SMAS cuida, apenas, do Jardim Botânico, considerado pelo conselheiro em boas condições de uso e manutenção. Inamara Melo (SMAS) explicou que todos os projetos conduzidos pela SMAS são debatidos e acompanhados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM. Argumentou

que é estratégia do projeto Parque Capibaribe estabelecer o diálogo com a população diretamente envolvida. E que esse diálogo está sendo feito na medida das intervenções do Projeto. Exemplificou a participação da população do bairro das Graças, representada por sua Associação dos Moradores Amigos das Graças que acompanhou e interferiu na proposta do Projeto para este bairro. Enfatizou que antes de aprovar o Projeto, buscou-se dialogar com outros em andamento cujo tema é o rio, realizando-se, portanto, a integração de ações. Originalmente o Projeto para tratamento das margens do rio Capibaribe propunha a implantação de quatro faixas para carro. Com a mudança de conceito, em concordância com os moradores do bairro das Graças, fez-se a nova proposta priorizando o pedestre, o ciclista, com implantação de ambientes de lazer e convivência. Quanto à proposta de apresentação da estrutura da SMAS ao Conselho, pode ser agendada. Acrescentou que a Secretaria tem uma estrutura enxuta, mas que ao longo da gestão conseguiu aprovar projetos importantes para a cidade e para a política municipal de meio ambiente, como a regulamentação do Sistema Municipal de Unidade Protegidas – SMUP, que permite à cidade ampliar as ações de fiscalização e aplicação de multas, medidas que objetivam coibir abusos ambientais e que, por sua vez, os recursos adquiridos são aplicados na cidade, objetivando a melhoria do ambiente urbano. Informou que a Brigada Ambiental obteve investimentos na atual gestão - aumento do efetivo para 58 homens, melhoria das instalações de sua sede e o poder de polícia. Em continuidade, disse que o Jardim Botânico é alvo de visitação permanente pela população, escolas, instituições de ensino e pesquisa e, no momento, contabiliza mais de 100 mil visitas desde sua inauguração. Concordou com os questionamentos dos conselheiros quanto ao desafio de valorização das áreas verdes da cidade e lembrou que o monopólio da propriedade privada atrapalha muito os projetos de interesse coletivo. Citou ainda que na mata do Engenho Uchôa, onde o poder público municipal deseja criar um parque, enfrenta-se o problema do custo elevado para desapropriações de áreas privadas. O Parque dos Manguezais tem um projeto social em andamento que poderá contribuir para a elaboração do Plano de Manejo, instrumento necessário à regulamentação de uma Unidade de Conservação. Finalizada a palavra, Antônio Alexandre (SEPLAN), chamou a atenção dos presentes para o tempo de reunião, pois a quantidade de inscrição pode prejudicar o cumprimento da pauta. Fez um apelo aos presentes para balizarem suas contribuições, visando o cumprimento da pauta e horário. Norah Neves (URB) solicitou a palavra para explicar sobre o Projeto Capibaribe Melhor. Informou que o novo projeto não eliminou as ações do projeto anterior, que o recurso foi praticamente perdido, porque era em dólar e não foi possível retomar. Contudo, mesmo diante dos problemas citados, a comunidade de Santa Marta se encontra em obra, recentemente iniciada pela URB e que no momento estão sendo identificadas áreas próximas, para implantação do Projeto Minha Casa, Minha vida. Reneudo Guedes (Centro Cultural Alcance do Coque) manifestou a preocupação em haver integração entre os projetos do Governo do Estado e pelo Município. Outra questão abordada por ele, diz respeito à participação dos moradores, pois avalia que apenas a população de renda mais elevada foi convidada para opinar sobre as intervenções do Projeto Parque Capibaribe. Ressaltou que mais de 60% da população recifense reside em áreas periféricas e, portanto, deve ser contemplada pelo Projeto. Rodrigo Rafael (DU) destacou a boa qualidade do debate nessa reunião da plenária do Conselho da

Cidade, fazendo referência aos representantes dos movimentos sociais que demonstraram conhecimento sobre os problemas da cidade. Ressaltou a importância dos projetos a serem apresentados e debatidos no Conselho da Cidade de modo a fortalecer a cultura de participação e não somente de apresentação. Fez referência ao Projeto da Vila Naval e do Recife 500 Anos que não passaram pela discussão do Conselho. Observou que a cidade do Recife se encontra entre as 05 cidades do Brasil que apresenta o preço do m² mais elevado. Com base nessa referência, indagou se a equipe do Parque Capibaribe realizou estudos sobre a valorização das áreas que serão atendidas e seus efeitos sobre a especulação imobiliária no entorno. Acrescentou que uma das maneiras de inibir a especulação imobiliária é transformar as comunidades do entorno em ZEIS, a exemplo da Vila Santa Luzia no bairro da Torre, que se localiza nas proximidades do rio Capibaribe e que não foi transformada em ZEIS. Ubiratan Augustinho (UNMP) fez referência ao fato de estar iniciando sua participação no Conselho da Cidade e que pretende contribuir para uma atuação mais combativa dessa instância de participação. Afirmou que se coloca a favor de tudo que é bom para a cidade. Sugeriu a articulação da SMAS com a SEHAB, pois todos os projetos têm de forma direta ou indireta, interferência na moradia popular. Citou a comunidade de Irmã Dorothy onde residem mais de 1800 famílias, cuja propriedade do terreno não foi resolvida. Afirmou que muitas comunidades se encontram em áreas ribeirinhas e que o poder público não tem qualquer proposta para elas. Ressaltou que os projetos habitacionais, devem considerar a construção de praças, áreas de lazer, creches. Fez referência à atuação dos empresários, que no bairro da Imbiribeira são os que mais invadem o mangue, murando e aterrando as áreas e que não viu nenhuma ação da SMAS para impedir. Enfatizou que o citado empresário está poluindo o local com resíduos descartados inadequadamente. Augusto dos Santos (Mata do Engenho Uchoa) destacou em sua fala a importância de se investir na reforma urbana, pois considera que as cidades em sua maioria, são uma grande "senzala", onde se fazem urgentes ações voltadas para efetivar uma política de reforma urbana. Quanto à Mata do Engenho Uchoa, considerou que, nos últimos anos, ocorreram avanços em prol de sua preservação. Foi constituído o Conselho Gestor previsto no Plano de Manejo da Mata Uchoa, como também se regulamentou a ampliação da APA com 20 hectares, além de regulamentar 121 hectares como Reserva de Refúgio Silvestre, modalidade que ampara a unidade de conservação sob legislação mais rígida, contribuindo assim, com a preservação do ecossistema. Sandro Guedes (ADEMI) perguntou a Romero Teixeira (SMAS) se o Projeto Parque Capibaribe vai gerar parâmetros urbanísticos para o zoneamento de modo a ser contemplado no Plano Diretor da Cidade. Renan Resende (CENDHEC) parabenizou a iniciativa do poder público em realizar o Projeto Parque Capibaribe e perguntou se no projeto está previsto intervenções com desapropriações para as construções que se encontram ao longo do rio. Indagou se estão sendo articuladas ações entre as secretarias que direta e indiretamente atuam nas áreas de intervenção do projeto e se o corpo técnico está envolvido com essa proposta. Sugeriu que esse projeto seja pauta da Câmara de Habitação, para evitar a ocorrência de ações abruptas, sobretudo se houver desapropriações. Isaac Machado (Grupo da Pessoa Com Deficiência do Recife) falou dos problemas relacionados ao transporte público pela ineficiência e não atendimento aos requisitos da acessibilidade. Destacou que não observou na proposta do Parque Capibaribe intervenções que contemplem a

acessibilidade. Fez referência à falta de acessibilidade do auditório Capiba, localizado no 15º andar da Prefeitura do Recife, por ainda existir uma escada de acesso ao palco. Enfatizou que a falta de acessibilidade também se encontra nas praças construídas no bairro do Ibura e que a Prefeitura se preocupa apenas com esse item nas obras feitas no bairro do Recife. Reclamou das grades do Parque 13 de Maio que impedem a entrada dos cadeirantes. Sônia Pereira (APEC) reiterou a fala de Isaac Machado (Grupo da Pessoa Com Deficiência do Recife), questionando sobre o sistema de agendamento dos órgãos públicos para pessoas com deficiência visual. Manifestou seu interesse em conhecer o Jardim Botânico, mas que não sabe como agendar. Sugeriu a definição de dias específicos para visitação de pessoas com deficiências nesses locais. Vânia Avelar (IAB/PE) expressou seu contentamento em participar do Conselho da Cidade lembrando que a cidade é um espaço integrador e que cabe a Prefeitura administrar. Aprovar os projetos que são de interesse da população e integrá-los. Desatou sobre o valor do resgate ao rio para a cidade. Ao longo de anos, a cidade posicionou-se de costas para o rio e que uma das virtudes desse projeto é começar a reversão dessa cultura, com a integração da cidade ligando ricos e pobres. Reiterou a importância da atuação da Prefeitura em conjunto com as universidades e da possibilidade de introdução de concursos públicos para a elaboração de projetos. Defendeu mais investimento na área de conservação, evitando gastos desnecessários com reformas grandiosas e com gerenciamento de recurso público mais adequado. Maria Lúcia (MNLM) questionou a Secretaria de Meio Ambiente sobre o licenciamento em áreas que deveriam ser protegidas. Fez referência a um terreno no bairro de Três Carneiros, onde residem 80 famílias, mas que não há permissão para construir devido às restrições ambientais, entretanto o dono do terreno cortou árvores e loteou, sem que houvesse posicionamento por parte do poder público, tanto da SMAS como do IBAMA. Questionou o papel da SMAS e sua articulação com a Sociedade Civil. Indagou sobre os valores das desapropriações das moradias populares e argumentou que a maioria dos projetos não é discutida com a população carente, porém, quando são projetos para a classe mais rica, há uma facilidade na ação. Noé Barros (IAB/PE) chamou atenção para o fato da cidade ainda seguir delimitações feitas nos anos 70 (ZEIS, ZEPE e Zonas Verdes) e que o Projeto Parque Capibaribe significa um novo passo para o planejamento, para a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo. O Parque Capibaribe deverá contemplar as ZEIS, ZEPE e considerar a hidrografia da cidade. Enfatizou a importância da articulação dos conselhos de Meio Ambiente – COMAM e da Cidade e outros referentes às políticas setoriais. Ivonaldo Marques (SINTRACI) destacou a importância de falar de um projeto sobre o rio, embora, saiba que esse projeto vem sendo discutido há muito tempo, mas não tem informação sobre o deslocamento da população ribeirinha. Atualmente persiste uma grande quantidade de pessoas em auxílio moradia, devendo essa situação ser resolvida pelo poder público, pois já contabiliza mais de 12 anos nesta situação. Fez referência à atuação da SMAS, que avalia atuar em favor das grandes construções, afirmando que esta, embarga as pequenas construções para a população menos favorecida e libera para os grandes empresários. Finalizadas as inscrições, Antônio Alexandre (SEPLAN) informou que nem todas as questões podem ser aprofundadas na discussão da plenária, sugerindo ser debatidas nas câmaras técnicas. Observou que a gestão vem desenvolvendo mecanismos institucionais que contribuem para avançar com as

ações integradas e participativas. Inamara Melo (SMAS) fez referência ao COMAM como espaço de acompanhamento da sociedade civil a política de meio ambiente, mas que avalia a necessidade de integração entre os dois conselhos: o COMAM e o Conselho da Cidade. Afirmou que o Projeto Parque Capibaribe efetivou a articulação e integração, tanto com outros projetos do poder público municipal e estadual, como com a população diretamente envolvida. Esclareceu que o Parque Capibaribe não prevê desapropriações, ou qualquer forma de relocação. Sobre a acessibilidade de mobiliários, no processo de elaboração e definição do projeto realizaram-se workshops visando incluir a acessibilidade. Explicou que o projeto está sendo feito por etapas, na medida da disponibilização dos recursos e que o próximo investimento para captação de recurso está sendo feito ao Banco Mundial, previsto para intervenção em áreas onde reside população de menor renda. Ressaltou que o Parque Capibaribe está sendo apresentado às agências multilaterais que atuam em defesa do meio ambiente e que em todos os lugares onde foi apresentado, (Washington, Medellín, Paris) há boa aceitação dos agentes financiadores. Enfatizou que há uma preocupação em relação ao mercado imobiliário e que acredita ser alvo das discussões que deverão ocorrer no momento de revisão do Plano Diretor, pois esse projeto significará uma obra estruturadora para a cidade, prevendo 45 km de corredores. O projeto Capibaribe tem mais de 60 pesquisadores envolvidos que objetivam olhar o Capibaribe de uma forma mais ampla e integrada. Realizar a ligação de áreas que não estão conectadas, a integração de áreas carentes do entorno. Lembrou a existência de outros projetos que devem atuar de forma paralela ao Parque Capibaribe, tais como: Jardins Filtrantes, Barco Solar, Educação Ambiental. Informou que o agendamento para visita ao Jardim Botânico para pessoas com deficiência visual é feito no Jardim Sensorial e no Jardim que existe um trabalho de acompanhamento para pessoas com deficiência visual e que a população deve agendar pelo telefone do Jardim Botânico, para grupos de até 30 pessoas. Sobre as denúncias registradas pelos conselheiros, afirmou a disposição da SMAS de investigar o mais breve possível. Fez referência à organização administrativa da SMAS, que no início da gestão possuía um orçamento de apenas 300 mil reais, como também, dispunha de uma equipe muito pequena. Atualmente a SMAS já realiza projetos e executa obras. Concluído os esclarecimentos e respostas da Secretaria de Meio Ambiente, Antônio Alexandre (SEPLAN) informou que a representação da Câmara de Planejamento e Meio Ambiente permanece e que pode agendar a continuidade das discussões sobre o Projeto Parque Capibaribe. Alguns conselheiros solicitaram rever a composição de todas as Câmaras Técnicas, sendo acatada a sugestão, para encaminhar na próxima plenária do Conselho, contudo, Antônio Alexandre (SEPLAN) ponderou que as câmaras com agendamento feito, poderiam continuar suas pautas, para que não ocorresse uma interrupção no acompanhamento dos projetos. Relembrou que as câmaras técnicas ainda não instaladas são as de Saneamento e de Patrimônio Histórico e Cultural. Sem mais nada a acrescentar, eu, Maria Socorro Cavalcanti, lavrei a presente Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 04 de agosto de 2016.

Antônio Alexandre (SEPLAN)

João Domingos Petribú (ICPS)



Fernando Alcântara (ICPS) _____
Sideney Schreiner (ICPS) _____
Lorena Veloso (DPPC) _____
M^a Cecília de Alcântara (DPPC) _____
Luciano Ferraz (ICPS) _____
M^a Helena Maranhão (ICPS) _____
Cezar Augusto Lopes (ICPS) _____
Taciana Sotto-Mayor (SEMOC) _____
Sandra Nunes (SEMOC) _____
Renata Lucena (SEHAB) _____
Ana Cláudia Mota (SISUR) _____
Norah Neves (URB) _____
Vera Freire (URB) _____
Inamara Melo (SMAS) _____
Eugênia Simões (SAJ) _____
Maurício Pina (Grande Recife) _____
Isaac Machado (G. da Pessoa c/ Deficiência do Recife) _____
Eurídice M^a Andrade (AMPAC) _____
Rudrigo Rafael Souza e Silva (DU) _____
Neide Santana (MLM/PE) _____
Ana Paula Silva (MSI) _____
Augusto dos Santos (M. em Defesa da Mata do E. Uchôa) _____
Maria Lúcia da Silva (MNLN) _____
Degenildo Trajano (PREZEIS) _____
Reneudo Guedes (C. Cultural Alcance do Coque) _____
M^a do Carmo Martins (M. de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) _____
Tatiana R. Porto da Silva (Associação Progredir Vidas) _____
Sônia Pereira (APEC) _____
Osvaldo A. de Amorim (CMP/PE) _____
Salvelina Mendonça (MNU) _____
Giancarlo Costa (MLRT) _____
Paulo André de Araújo (OLMP) _____

Sérgio Santos



Flávio Pedro da Silva (U. dos Moradores da Vila Chico Mendes) _____

André Callou (ADEMI) _____

Sandro Guedes (ADEMI) _____

Eduardo Costa (ABIH/PE) _____

Carlos Maurício Perequito (ABIH/PE) _____

Paulo Monteiro (CDL) _____

Brena Paes (Fecomércio) Brena _____

Pedro Pereira (SINAENCO) _____

Roberto Muniz (SINAENCO) _____

Helder Mendes (SECOVI/PE) Helder Mendes _____

Sandra Pires (OAB) _____

Roberto Montezuma (CAU/PE) _____

Ângela Carneiro (CAU/PE) Ângela Carneiro _____

Noé Barros (IAB/PE) Noé Barros _____

Vânia Avelar (IAB/PE) Vânia Avelar _____

Luis De La Mora (UFPE) Luis De La Mora _____

Danielle Rocha (UFPE) Danielle Rocha _____

Sérgio Xavier (ABES) Sérgio Xavier dos Santos _____

Renan Resende (CENDHEC) _____

Fernando de Holanda (RAPS) _____

Elzanira da Silva (CEPAS) _____

Sabrina Machry (AMECICLO) Sabrina Machry _____